



Editorial

Educação Física no Brasil: da obrigação a um campo de intervenção.

A prática sistematizada da Educação Física no Brasil sofreu muitas influências das escolas de ginásticas européias, notadamente da Suécia, Alemanha, França e Inglaterra. Importante destacar que os difusores desta prática no Brasil, foram imigrantes, que não vieram com este propósito, ser professores de ginástica, mas desenvolver trabalhos na agricultura brasileira, todavia, como esta cultura já eram bastante desenvolvida em seus países de origem, eles, os imigrantes, acabaram se constituindo como um dos primeiros professores de Educação Física do Brasil.

A partir de então, a discussão sobre a prática da atividade física sempre esteve em tela em nosso país, sobretudo, com um pensamento que hegemonicamente atribuía à função de forjar um homem disciplinado e obediente, apontando para uma perspectiva de desenvolvimento e progresso. Neste contexto o celebre Parecer de Rui Barbosa (1882) estabelece um marco, sobretudo nos primórdios do período republicano e início do século XX, na defesa da implementação efetiva da Educação Física em nosso país. Oliveira (1998) lembra que, de acordo com Inezil Penna Marinho (1943), a primeira turma diplomada por curso oficial, em nível federal, no Brasil, ocorreu em 1929, através do Curso Provisório de Educação Física, no barracão da Escola de Sargentos da Infantaria do Exército, onde, além dos militares, professores públicos primários se inscreveram. Nesse mesmo ano, a Associação Brasileira de Educação (ABE) critica os traços militares que são delineados para a Educação Física nacional, inclusive pela tentativa de subordiná-la, via decreto, ao Ministério da Guerra com a criação do Conselho Superior de Educação Física.

Era flagrante a proximidade da Educação Física com as estruturas militares. Podemos afirmar que eles, os militares, deram início à inclusão da prática de exercícios físicos em seus programas de formação, tendo inclusive influência decisiva na organização e no desenvolvimento inicial da Educação

Física nas escolas e na sociedade como um todo. Fundamentalmente, foram os militares os primeiros professores de Educação Física do País.(Melo, 1999).

O tempo passou, as teorias apareceram e a área ganhava novos contornos, no sentido de livrar-se das garras originais. Nesse sentido, o I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, aprovou como proposição, entre outras coisas, a organização de escolas superiores de Educação Física, para convenientemente preparar os professores indispensáveis à cultura física nacional. Essa proposta estava em consonância com um ideário em construção na época, como aponta Carvalho:

Na década de 20, na intensa efervescência ideológica que a caracterizou, são constituídos, na dispersão de movimentos aparentemente díspares, discursos sobre o país (...). Tal é o caso da larga circulação que tiveram (...) encenações de um povo brasileiro que privilegiam imagens da doença, do vício, da degenerescência, a ausência de caráter, muito freqüentemente sintetizadas na amorfia em que o país é figurado como organismo. (apud MUNAKATA, 1996, p. 193-194).

A Educação Física se viu contemplada neste projeto de regeneração do povo brasileiro e passou a ser merecedora de grande destaque, visto que poderia co-participar e, por assim dizer, transformar os nossos habitantes em um povo: viril, corajoso e ao mesmo tempo fiel, obediente e dócil, que, segundo o discurso ideológico e dominante da época, era tão indispensável ao desenvolvimento da nação. Vislumbrava-se dar extrema atenção a uma boa preparação física e moral da população brasileira, procurando promover a saúde, através de uma prática que pudesse proporcionar esses valores.

A partir de então, e mais precisamente, correspondendo à primeira era Vargas, mas especificamente durante o Estado Novo (1937 – 1945), a Educação Física estruturou-se profissionalmente na luta pelo seu espaço na sociedade. Neste sentido ganhou como principal reforço, no seu processo de legitimação para a área e o reconhecimento social de seus profissionais, a Constituição de 1937, que tornou a Educação Física obrigatória nas escolas, fazendo desta forma, surgir outras demandas relacionadas à profissão, a exemplo da necessidade de se constituir um currículo mínimo para a graduação.

O VII Congresso Nacional de Educação, em 1935, dedicou sua temática central à Educação Física e aprovou como indicativo a criação de uma Escola Nacional de Educação Física, ligada à Universidade do Rio de Janeiro, futura Universidade do Brasil. Esse Congresso, para o professor Inezil Penna Marinho (1943), foi muito importante para traçar os caminhos da fundação da primeira Escola Superior de Educação Física vinculada a uma Universidade. Com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto no interior da Universidade do Brasil, em 1939, através do decreto-lei Nº 1.212, que estabelecia as diretrizes para a formação profissional, começa a surgir toda uma movimentação no sentido da organização e regulamentação que contribuiria para a constituição do campo da Educação Física, pois, pretendia-se organizar e regulamentar a profissão entre leigos e não-leigos. Vale dizer que este foi o primeiro modelo curricular de formação de profissionais de Educação Física a ser seguido nacionalmente. Posterior a este modelo surgem outras propostas (1939, 1945, 1969).

Em 1987, na intenção de ampliar a formação profissional em Educação Física, para atender as novas demandas do mercado de trabalho, ora reclamadas, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer Nº 215/87 e da Resolução Nº 03/87, estabelece a criação do bacharelado em Educação Física, idealizava-se formar profissionais distintos, para atuarem também em campos distintos no mercado de trabalho. Essa iniciativa não prosperou, retornando tempos depois a formação única, licenciado pleno.

A partir da atual LDB Nº 9394/96 e da Lei Nº 9696/98 que regulamentou a profissão de Educação Física, observamos um novo desenho curricular para a área da Educação e uma nova perspectiva para a formação em Educação Física, marcados por um novo fenômeno, o profissionalismo. Neste sentido, argumenta Espírito Santo (2004) que, em 1997 sob fortes pressões e demandas externas à Universidade (reestruturação produtiva, ajustes estruturais, reforma do Estado), e também, por tensionamentos internos dos Cursos de graduação (insatisfação com o currículo extenso, fragmentado e ultrapassado), a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, através do Edital 04/97, convoca as IES a apresentarem propostas para as

novas diretrizes curriculares dos cursos superiores, nas quais fosse materializada a exigência de discussão dessas novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação.

Neste sentido, temos que admitir que as reflexões e críticas que apareceram nos estudos realizados a partir da década de 1980, as quais apontavam essas contradições e paradoxos na formação do professor de Educação Física, foram fundamentais para estabelecer uma crise de identidade na Educação Física, causando conflitos e novas reflexões sobre o verdadeiro papel desse profissional.

Não foram poucas as mudanças no percurso da formação do professor ao longo da história e, como podemos notar diante dos argumentos iniciais expostos no trabalho, essas mudanças sempre objetivaram uma adequação entre o processo de formação com a reestruturação do sistema.

Enfim, poderíamos concluir dizendo que a trilha percorrida pela Educação Física brasileira impõe necessidade de reflexão dos seus marcos legais, para a partir dele constituir-se como campo de atuação multidisciplinar eficaz e proativo..

Dr. Roberto Gondim Pires

Professor Titular - Departamento de Saúde - DS/UESB
Pesquisador do grupo de pesquisa CORPORHIS (Jequié-Bahia-Brasil)
Coordenador do Colegiado do Curso de Educação Física da UESB
E-mail: gondim.roberto@gmail.com